

Reunião do Conselho Consultivo da Ejud4 (11-12-2023)

Pauta

- 1. Aprovação da ata da última reunião do Conselho;**
- 2. Recomposição da Coordenação Acadêmica;**
- 3. Recomposição do Colegiado da Revista e outras Publicações do TRT4;**
- 4. Proposta de criação de Grupo de Estudo;**
- 5. Assuntos gerais.**

Aos 11 dias de dezembro de 2023, presentes o Diretor eleito da Escola Judicial, Des. Fabiano Holz Beserra; a Vice-Diretora da Escola Judicial, Des. Maria Silvana Rotta Tedesco, o ex-Diretor da Escola Judicial, Des. João Paulo Lucena, a Coordenadora Acadêmica Substituta da Escola Judicial, Juíza Eliane Covolo Melgarejo; as Conselheiras e Conselheiros titulares da Escola Judicial Maria Inês Cunha Dornelles - Desembargadora Aposentada do TRT4; Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Desembargador; Carmen Izabel Centena Gonzalez, Desembargadora; Marcos Fagundes Salomão, Desembargador; Ary Faria Marimon Filho, Juiz Titular; Rachel Albuquerque de Medeiros Mello, Juíza Substituta; Camila Centenaro Levandowski, Servidora; a ex-conselheira Nadir da Costa Jardim, Servidora; a Assessora-chefe da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Jurídico da Escola Judicial, Roberta Liana Vieira, Servidora; o Assessor-chefe da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo da Escola Judicial, Alexandre Goettems Zoratto, Servidor; a Secretária-Executiva da Escola Judicial, Camila Frigo, Servidora; e o Secretário Executivo Substituto da Escola Judicial, Dênis Ricardo Schorr, Servidor. Apurado o quórum previsto no art. 14, parágrafo único, da RA TRT4 49/2017, o Diretor da Escola Judicial saúda os presentes e dá início à 2ª Reunião do Conselho Consultivo da entidade em 2023.

O Diretor dá as boas vindas aos novos conselheiros e novas conselheiras, oportunizando a palavra ao Diretor e conselheiros e conselheiras que deixam a Ejud, os quais agradecem pela oportunidade, pelo aprendizado e desejam uma excelente gestão aos novos e novas integrantes.

O Diretor faz breve explanação sobre o seu plano de gestão. Enaltece que a prestação jurisdicional se constrói de forma complexa, sendo necessário um cuidado especial com as pessoas, inclusive tratando da Saúde Mental de magistrados e servidores, ativos e aposentados, pois se sabe que não é só o Direito, fria e tecnicamente. O Diretor pretende viabilizar a participação do máximo de público possível nas capacitações, valorizando os cursos auto instrucionais. Enaltece que muitos profissionais possuem dupla jornada, especialmente as mulheres, precisando conciliar o trabalho com atividades de cuidado com filhos pequenos e/ou parentes com necessidades especiais, como uma mãe de filho autista, por exemplo. Enfoca que, nesses casos, as pessoas têm grande dificuldade em participar de cursos e eventos presenciais, sendo importante viabilizar as capacitações de um modo que mais gente possa tomar parte das atividades. Isso inclui fazer mais cursos auto instrucionais para quem não puder comparecer presencialmente.

O Diretor passa a palavra à Vice-Diretora, que se diz muito feliz em assumir este desafio e defende que a Escola Judicial tenha um olhar de inclusão, inclusive com aposentados, convidando-os a participar dos eventos presenciais, valorizando os aposentados, que este público seja mais acolhido, mencionando que esta pauta foi debatida em recente almoço na Amatra. O Diretor sugere à conselheira Maria Inês, como representante de aposentados no colegiado, que colha junto a magistrados e magistradas aposentados(as) eventuais temáticas e eventos que sejam de interesse.

A esse respeito, a conselheira Carmen elogia a iniciativa, porém pondera que a obrigação precípua da Ejud envolve a capacitação de magistrados e servidores ativos, seguindo diretrizes da Escola Nacional - ENAMAT. Reforça que a entidade tem responsabilidade de

gestão e orçamentária, que o público aposentado pode ser eventualmente convidado para algumas atividades, porém não devem ser tratados como uma prioridade da Entidade. A Vice-Diretora reforça que na Amatra IV foi debatido os compromissos da Ejud com as diretrizes da Enamat, e que a ideia seria apenas abrir algumas atividades também a aposentados. O Diretor cita que há Resolução do CNJ, nº 526/2023, a qual dispõe sobre ações voltadas à aposentadoria de magistrados(as) no âmbito da Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, porém reforça que o assunto foi tratado em um almoço de confraternização da Amatra IV com magistrados ativos e inativos, e que a sugestão não é focar atividades para aposentados, mas sim convidá-los para alguns eventos de interesse, de modo que se sintam acolhidos pelo espaço que a Escola proporciona.

O Diretor passa a palavra às novas conselheiras, as quais agradecem pela oportunidade, pela confiança e se colocam à inteira disposição para contribuir com a Escola. O Diretor enaltece a conselheira Carmen, ex-Presidente do Tribunal e ex-Diretora da Escola, profunda conhecedora da Entidade, a qual se coloca à disposição para ajudar no que for preciso, e a conselheira Eliane, que foi a Coordenadora Acadêmica, e agora será a Coordenadora Substituta, que se diz muito feliz de permanecer na Ejud por mais dois anos e seguir contribuindo, sendo a Escola um local que lhe permite poder ouvir, compartilhar experiências e ajudar na formação dos outros. Eliane reforça a parceria com a Juíza Carolina, ausente da reunião por estar em férias, que será reeditada, alternando apenas as titularidades da Coordenação. O Diretor apresenta a conselheira Rachel, estreante no âmbito da Escola e um talento que a entidade está captando, agradecendo pela presença.

O Diretor enaltece ainda o retorno da conselheira Nadir, sendo de fundamental relevância a participação dos servidores no Conselho. Nadir se diz feliz com a nova composição do Conselho, com magistrados(as) que muito admira e vem com muita responsabilidade pela confiança depositada pelos servidores. Enfatiza a necessidade de cursos de capacitação com servidores docentes que integrem o quadro do Tribunal, pois conhecem mais a fundo a

nossa realidade. Sugere que as conselheiras servidoras podem atuar na persuasão dos colegas a lecionarem para a Escola e aproveita para agradecer a Desembargadora Carmen por todo o auxílio e carinho, bem como pela excelente gestão como Presidente durante o conturbado período de pandemia no país.

1. Aprovação da ata da última reunião do Conselho (23-10-23);

Ata aprovada sem ressalvas, por unanimidade.

2. Recomposição da Coordenação Acadêmica;

O Diretor submete ao Conselho a indicação das juízas Carolina Cauduro Dias de Paiva e Eliane Covolo Melgarejo, para Coordenadora Acadêmica e Substituta, respectivamente. Inexistindo outras candidaturas, o Colegiado aprova as indicações.

3. Recomposição do Colegiado da Revista e outras Publicações do TRT4;

Tendo em vista a renovação parcial dos conselheiros e a consequente necessidade de reformulação da composição do Colegiado da Revista e outras Publicações do TRT4, ficam eleitos pelos conselheiros a nova composição, formada por Marcos Fagundes Salomão - Desembargador do TRT4, Eliane Covolo Melgarejo - Juíza Titular do TRT4, Carolina Cauduro de Paiva - Juíza Substituta do TRT4, e Nadir da Costa Jardim - Servidora do TRT4.

4. Proposta de criação de Grupo de Estudo;

Aprovada por unanimidade a criação do grupo de estudos sobre normas da OIT. O Diretor menciona que fizeram um curso extenso na OIT e relata que desconhecia que há norma internacional de equidade de gênero, por exemplo, bem como que regula matéria sobre treinamentos de empregadores que podem ser realizados durante a jornada de trabalho. O Diretor reforça ser um mundo que se abre, com assuntos importantes a serem desenvolvidos. Cita, ademais, o evento a ser realizado em Bento Gonçalves, no final de fevereiro de 2024, sobre o trabalho escravo contemporâneo, exatamente durante a colheita da uva. A proposta se resume a trazer a aplicação do Direito Internacional para o nosso Tribunal. A Juíza Eliane explana, a esse respeito, sobre as tratativas que vêm sendo construídas com a OIT para a formalização de convênio com aquela entidade. Cita que o convênio com a OIT vem sendo muito bem trabalhado pela Coordenadora Acadêmica Carolina Paiva, que capitaneou contatos, sendo proposto um termo muito amplo e abrangente. O Conselheiro Cláudio Cassou achou ótima a proposta de criação do grupo, a fim de aprofundar os estudos sobre normas internacionais da OIT, pouco conhecidas no Brasil, demonstrando o caráter internacional das normas. O Diretor exemplifica que no Uruguai são utilizadas normas internacionais para sistematizar o Direito do Trabalho, atestando que o Direito do Trabalho não é uma criação do Brasil, e sim mundial. O Ex-Diretor João Lucena reforça a excelência do curso que realizaram da OIT, cita o diferencial das normas internacionais, com fontes tripartites, normas já negociadas, e indaga se seria um grupo misto, uma vez que interessará a servidores também. O Diretor explica que ainda definirá o modelo, mas entende importante sua ampliação. O Conselheiro Marcos Salomão enxerga com bastante entusiasmo a criação de grupo nesta matéria, em tempos de maior flexibilização da jurisprudência, desidratando o Direito do Trabalho, entende muito importante essa aproximação com a OIT para avançarmos no Direito do Trabalho.

5. Assuntos gerais.

O Diretor explana sobre o Encontro Institucional de 2024, explicitando que a ideia da Escola é promover um evento que seja atrativo, plural, que reúna muitos participantes, e que este modelo de evento tem a concordância do Presidente do Tribunal. O evento deverá ser no início de outubro e a Escola buscará com a Presidência uma prévia de temas para aprofundar com a participação dos colegas. Terá ocasião na cidade de Bento Gonçalves, assim como o Encontro de Gestores, previsto para ocorrer em junho. A Conselheira Eliane apresenta sugestão da colega Maria Cristina: que seja incluída na programação uma formação no e-gestão para magistrados, a ser proferida pelo servidor Jeferson, da Corregedoria. O Diretor diz que tal sugestão também chegou para ele, mas tem dúvidas se seria pela Ejud ou via formação da Corregedoria, com quem deverá alinhar o assunto. A Secretária-Executiva Camila pondera que a Escola deve estar preparada para promover a formação inicial dos eventuais novos juízes que venham a ser lotados no TRT4 a partir do concurso nacional. O Diretor agradece a presença de todos e todas e encerra a reunião às 17h53min.